



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

MANDADO DE SEGURANÇA: 0331297-2

COMARCA: Recife

IMPETRANTE: Aluizio Teixeira Braga de Moraes

IMPETRADO: Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. FORNECIMENTO GRATUITO DO MEDICAMENTO RANIBIZUMABE (LUCENTIS - REGISTRO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE Nº 1.0068.1056). PACIENTE PORTADOR DE RETINOPATIA DIABÉTICA NÃO PROLIFERATIVA (CID 10: H36.0) COM EDEMA MACULAR EM AMBOS OS OLHOS. RESPONSABILIDADE DO ESTADO. 1. De proêmio, anotou-se que a obrigação dos entes públicos com relação à prestação de serviços de saúde pública (incluído o fornecimento de medicamentos essenciais) é *comum*, podendo ser demandada qualquer das esferas de governo (CF, art. 198). 2. A necessidade/eficácia do medicamento solicitado, a impossibilidade de utilização de outros medicamentos/tratamentos no combate aos efeitos da enfermidade, e a impropriedade da política de saúde existente restam evidenciadas pela apreciação do 'laudo médico' e da 'solicitação médica', subscritos pelo Dr. Vasco Bravo (CRM 4238), da Fundação Manoel da Silva Almeida, cujos conteúdos não foram contraditados, isto a satisfazer, segundo o entendimento jurisprudencial prevalente, o requisito da prova pré-constituída. 3. Ademais, o só fato de o medicamento requestado não constar da lista de medicamentos fornecidos no âmbito do SUS já indica, concretamente até, que o mesmo não seria ofertado pela via administrativa. 4. No plano de fundo, é patente a gravidade da doença que aflige o impetrante, atestada pelos documentos acostados aos autos, pelo que o fornecimento do medicamento/tratamento pleiteado é indispensável à efetividade aos direitos à saúde, à vida e à dignidade da pessoa humana, assegurados nos art. 5º e 196 da Constituição Federal. 5. Não se trata de prestação jurisdicional invasiva da seara administrativa, eis que a ordem apenas determina o cumprimento de obrigação já adrede imposta pela própria Constituição da República. 6. Segurança concedida, em ordem a determinar à autoridade impetrada que assegure o fornecimento, ao impetrante, de 06 (seis) ampolas do medicamento Ranibizumabe (LUCENTIS - registro do Ministério da Saúde nº 1.0068.1056) - para aplicação de 01 (uma) injeção mensal, intravítrea, em cada olho, durante 03 (três) meses -, necessário ao seu tratamento, conforme o 'laudo médico' e a 'solicitação médica', subscritos pelo Dr. Vasco Bravo (CRM 4238), da Fundação Manoel da Silva Almeida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Mandado de Segurança nº 0331297-2, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes do Grupo de Câmaras de Direito Público deste Tribunal de Justiça, por unanimidade, em conceder a segurança, nos termos do voto do relator, que integra o acórdão.

Recife, 28 de maio de 2014 (data do julgamento).


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

MANDADO DE SEGURANÇA: 0331297-2

COMARCA: Recife

IMPETRANTE: Aluizio Teixeira Braga de Moraes

IMPETRADO: Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO

Trata-se de **Mandado de Segurança**, com pedido de liminar, impetrado por **Aluizio Teixeira Braga de Moraes** contra o **Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco**, consistente na negativa de fornecimento ao impetrante de 06 (seis) ampolas do medicamento Ranibizumabe (LUCENTIS - registro do Ministério da Saúde nº 1.0068.1056) - para aplicação de 01 (uma) injeção mensal, intravítrea, em ambos os olhos, durante 03 (três) meses -, necessário ao seu tratamento, conforme o 'laudo médico' (fl.23) e a 'solicitação médica' (fl.24), subscritos pelo Dr. Vasco Bravo (CRM 4238), da Fundação Manoel da Silva Almeida.

Assevera a inicial que o impetrante é portador de retinopatia diabética não proliferativa (CID 10: H36.0) com edema macular em ambos os olhos, conforme atestado no 'laudo médico' mencionado (fl.23).

Sustenta o impetrante a imprescindibilidade do referido medicamento, eis que *"A não utilização de tal fármaco poderá acarretar ao impetrante progressão da doença com conseqüente diminuição da acuidade visual, podendo ocasionar até a perda irreversível da visão"* (fl.05).

Aduz ter formulado pedido administrativo (fl.26), ao qual não obteve resposta (fl.05).

Aponta, ainda, como fundamentos da responsabilidade estatal para com a saúde, as prescrições constitucionais constantes dos arts. 1º, III, 5º, *caput*, 6º e 196, c/c os arts. 5º, parágrafo único, II, e 61, I, alínea "g" da Constituição Estadual, além de dispositivos da Lei nº 8.080/90.

Impetrado o *writ*, deferi o pedido liminar (fls. 33/37) *"em ordem a determinar ao Exmo. Sr. Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco que forneça ao impetrante 03 (três) ampolas do medicamento Ranibizumabe (LUCENTIS - registro do Ministério da Saúde nº 1.0068.1056) - para aplicação de 01 (uma) injeção mensal, intravítrea, durante 03 (três) meses -, à vista do 'laudo médico' (fl.23) e da 'solicitação médica' (fl.24), subscritos pelo Dr. Vasco Bravo (CRM 4238), da Fundação Manoel da Silva Almeida."*

Nas informações (fls.49/55), argúi a autoridade impetrada, em suma: (i) a ausência de prova pré-constituída, eis que não restariam comprovadas nos autos a necessidade/eficácia do medicamento solicitado, a impossibilidade de utilização de outros medicamentos/tratamentos no combate aos efeitos da enfermidade, e a impropriedade da política de saúde existente, razão pela qual inexistiria direito líquido e certo a ser amparado pelo *mandamus* em apreço, que deveria ser extinto



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

por inadequação da via eleita; (ii) que o laudo médico acostado aos autos, firmado por médico privado, não representaria prova suprema ou irrefutável, ou seja, não seria capaz de conferir liquidez e certeza ao direito invocado; (iii) que a jurisprudência do STJ é no sentido de que o direito a saúde, reconhecido no art. 196 da CF, não alcança a possibilidade de o paciente escolher o medicamento que mais se adeque ao seu tratamento, devendo se utilizar do medicamento fornecido pela Rede Pública, sem exigir fármaco diverso por mera conveniência clínica, ressalvada a hipótese na qual a medicação seja a única capaz de preservar a sua saúde; (iv) que o medicamento solicitado não integra qualquer programa do SUS para tratamento da patologia do agravado, que, à vista da documentação acostada aos autos, não preenche os critérios para recebimento do tratamento com Lucentis, vez que padece de patologia diversa (CID H36.0) daquelas previstas na NT 31/2013; (v) que o medicamento cujo fornecimento é pleiteado pelo impetrante não compõe a lista de dispensação excepcional do Ministério da Saúde, elaborada com o fito de uniformizar procedimentos e preservar a economicidade e a eficiência; (vi) que o art. 196 da Constituição Federal não pode ser interpretado da forma pleiteada pelo impetrante, ante o condicionamento orçamentário, que leva a privilegiar o todo em detrimento de situações particulares (reserva do possível), sob pena de inobservância ao princípio da igualdade; (vii) que ante a ausência de previsão orçamentária, a compra da medicação demandada, de alto custo, traria manifestos prejuízos às ações já programadas de assistência à saúde da coletividade; (viii) que o impetrante postularia medida de ordem administrativa, a qual não poderia ser deferida pelo Poder Judiciário, sob pena de ofensa ao princípio constitucional da separação dos poderes (art. 2º, da CF/88) – já que o judiciário passaria a substituir o administrador; e (ix) que a entrega do medicamento solicitado seja condicionada à apresentação periódica na SES, pelo impetrante, de laudo e prescrição médica atualizados.

O Ministério Público com assento nesse Tribunal opinou (fls. 61/63) “no sentido de rejeitar a preliminar arguida e, no mérito, pela **CONCESSÃO DA SEGURANÇA**, confirmando-se a liminar do Eminent Relator.”.

Ê o relatório.

Inclua-se em pauta, para julgamento oportuno.

Recife, 05 de maio de 2014.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

XX
a

MANDADO DE SEGURANÇA: 0331297-2

COMARCA: Recife

IMPETRANTE: Aluizio Teixeira Braga de Moraes

IMPETRADO: Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

VOTO

Como visto, pugna o impetrante pelo fornecimento, na forma prescrita por profissional que o acompanha (fls.23/24), do medicamento Ranibizumabe (LUCENTIS - registro do Ministério da Saúde nº 1.0068.1056), necessário ao tratamento de sua doença, por não ter condições de arcar com a respectiva compra.

De proêmio, anoto que a obrigação dos entes públicos com relação à prestação de serviços de saúde pública (incluído o fornecimento de medicamentos essenciais) é *comum*, podendo ser demandada qualquer das esferas de governo (CF, art. 198).

Por outro lado, o Superior Tribunal de Justiça tem reiteradamente admitido o manejo da via mandamental para a garantia do fornecimento de medicamentos, sendo evidente que a prova documental, em casos que tais, centra-se na apreciação do laudo médico que prescreve a medicação como adequada e necessária.

Nessa linha:

"CONSTITUCIONAL. RECURSO ORDINÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. FORNECIMENTO DE MEDICAÇÃO (INTERFERON BETA). PORTADORES DE ESCLEROSE MÚLTIPLA. DEVER DO ESTADO. DIREITO FUNDAMENTAL À VIDA E À SAÚDE (CF, ARTS. 6º E 189). PRECEDENTES DO STJ E STF.

1. É dever do Estado assegurar a todos os cidadãos o direito fundamental à saúde constitucionalmente previsto.
2. Eventual ausência do cumprimento de formalidade burocrática não pode obstaculizar o fornecimento de medicação indispensável à cura e/ou a minorar o sofrimento de portadores de moléstia grave que, além disso, não dispõem dos meios necessários ao custeio do tratamento.
3. Entendimento consagrado nesta Corte na esteira de orientação do Egrégio STF.
4. Recurso ordinário conhecido e provido."

(ROMS 11.129/PR, Rel. Francisco Peçanha, 2ª Turma, unanimidade, DJ 18/02/2002)

"RECURSO ESPECIAL. MANDADO DE SEGURANÇA. FORNECIMENTO GRATUITO DE MEDICAMENTOS. SUS. LEI N. 8.080/90.

O v. acórdão proferido pelo egrégio Tribunal a quo decidiu a questão no âmbito infraconstitucional, notadamente à luz da Lei n.8.080, de 19 de setembro de 1990.

O Sistema Único de Saúde pressupõe a integralidade da assistência de forma individual ou coletiva, para atender cada caso em todos os níveis de complexidade, razão pela qual, comprovada a necessidade do medicamento para a garantia da vida da paciente, deverá ser ele fornecido.

Recurso especial provido. Decisão unânime."

(REsp 212.346/RJ, Rel. Franciulli Netto, 2ª Turma, unânime, DJ 04/02/2002).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

"MANDADO DE SEGURANÇA. CONCESSÃO. PORTADOR DE DOENÇA CRÔNICA INCURÁVEL. NECESSIDADE URGENTE DE MEDICAMENTO. DISPENSA DE LICITAÇÃO.

Além do elevado sentido social da decisão, a concessão da segurança, para compelir o órgão competente a fornecer medicamento indispensável ao portador de moléstia crônica incurável, pela singularidade da situação, não viola a lei e se harmoniza com a jurisprudência sobre o tema." (REsp 194.678, Rel. Hélio Mosimann, 2ª Turma, DJ 14/06/1999).

"CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. OBJETIVO: RECONHECIMENTO DO DIREITO DE OBTENÇÃO DE MEDICAMENTOS INDISPENSÁVEIS AO TRATAMENTO DE RETARDO MENTAL, HEMIATROPIA, EPILEPSIA, TRICOTILOMANIA E TRANSTORNO ORGÂNICO DA PERSONALIDADE. DENEGAÇÃO DA ORDEM. RECURSO ORDINÁRIO. DIREITO À SAÚDE ASSEGURADO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (ART. 6º E 196 DA CF). PROVIMENTO DO RECURSO E CONCESSÃO DA SEGURANÇA.

I - É direito de todos e dever do Estado assegurar aos cidadãos a saúde, adotando políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e permitindo o acesso universal igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (arts. 6º e 196 da CF).

II - Em obediência a tais princípios constitucionais, cumpre ao Estado, através do seu órgão competente, fornecer medicamentos indispensáveis ao tratamento de pessoa portadora de retardo mental, hemiatrofia, epilepsia, tricotilomania e transtorno orgânico da personalidade.

III - Recurso provido.

(ROMS 13.452/MG, rel. Garcia Vieira, 1ª Turma, julgado 13/08/2002, DJ 07/10/2002).

A necessidade/eficácia do medicamento solicitado, a impossibilidade de utilização de outros medicamentos/tratamentos no combate aos efeitos da enfermidade, e a impropriedade da política de saúde existente restam evidenciadas pela apreciação do 'laudo médico' (fl.23) e da 'solicitação médica' (fl.24), subscritos pelo Dr. Vasco Bravo (CRM 4238), da Fundação Manoel da Silva Almeida, cujos conteúdos não foram contraditados, isto a satisfazer, segundo o entendimento jurisprudencial prevalecente, o requisito da prova pré-constituída.

Ademais, o só fato de o medicamento requestado não constar da lista de medicamentos fornecidos no âmbito do SUS já indica, concretamente até, que o mesmo não seria ofertado pela via administrativa.

No plano de fundo, é patente a gravidade da doença que aflige o impetrante, atestada pelos documentos acostados aos autos (fls. 23/26), pelo que o fornecimento do medicamento/tratamento pleiteado é indispensável à efetividade aos direitos à saúde, à vida e à dignidade da pessoa humana, assegurados nos art. 5º e 196 da Constituição Federal.

Não se trata, pois, de prestação jurisdicional invasiva da seara administrativa, eis que a ordem apenas determina o cumprimento de obrigação já adrede imposta pela própria Constituição da República.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

A jurisprudência é ampla e pacífica nesse sentido, a começar pela Súmula 18 deste próprio Tribunal:

“É dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial”.

Do Superior Tribunal de Justiça, colaciono os arestos seguintes:

“PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282/STF E 211/STJ. FORNECIMENTO GRATUITO DE MEDICAMENTOS. IDOSO. LEGITIMIDADE PASSIVA SOLIDÁRIA DOS ENTES PÚBLICOS (MUNICÍPIO, ESTADO E UNIÃO). ARTS. 196 E 198, § 1º, DA CF/88. PRECEDENTES DO STJ. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA PARTE, DESPROVIDO.

1. A ausência de prequestionamento dos dispositivos legais tidos como violados torna inadmissível o recurso especial. Incidência das Súmulas 282/STF e 211/STJ.
2. Nos termos do art. 196 da Constituição Federal, a saúde é direito de todos e dever do Estado. Tal premissa impõe ao Estado a obrigação de fornecer gratuitamente às pessoas desprovidas de recursos financeiros a medicação necessária para o efetivo tratamento de saúde.
3. O Sistema Único de Saúde é financiado pela União, Estados-membros, Distrito Federal e Municípios, sendo solidária a responsabilidade dos referidos entes no cumprimento dos serviços públicos de saúde prestados à população. Legitimidade passiva do Estado configurada.
4. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, desprovido.” (Resp 828.140-MT, Rel. Min. Denise Arruda).

“RECURSO ESPECIAL. SUS. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO. PACIENTE COM INSUFICIÊNCIA RENAL CRÔNICA. DIREITO À VIDA E À SAÚDE. DEVER DO ESTADO. JULGAMENTO EXTRA E ULTRA PETITA. INOCORRÊNCIA.

1. O Sistema Único de Saúde-SUS visa a integralidade da assistência à saúde, seja individual ou coletiva, devendo atender aos que dela necessitem em qualquer grau de complexidade, de modo que, restando comprovado o acometimento do indivíduo ou de um grupo por determinada moléstia, necessitando de determinado medicamento para debelá-la, este deve ser fornecido, de modo a atender ao princípio maior, que é a garantia à vida digna.
2. Configurada a necessidade da recorrida de ver atendida a sua pretensão posto legítima e constitucionalmente garantida, uma vez assegurado o direito à saúde e, em última instância, à vida. A saúde, como de sabença, é direito de todos e dever do Estado.
3. Proposta a ação objetivando a condenação dos entes públicos ao fornecimento gratuito dos medicamentos necessários ao tratamento de insuficiência renal crônica, resta inequívoca a cumulação de pedidos posto umbilicalmente interligados o tratamento e o fornecimento de medicamento. É assente que os pedidos devem ser interpretados, como manifestações de vontade, de forma a tornar o processo efetivo, o acesso à justiça amplo e justa a composição da lide. Precedentes: REsp 625329 / RJ, Ministro LUIZ FUX, T1 - PRIMEIRA TURMA, DJ 23.08.2004; REsp 735477 / RJ, Ministra ELIANA CALMON, T2 - SEGUNDA TURMA, DJ 26.09.2006; REsp 813957 / RJ, Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, T1 - PRIMEIRA TURMA, DJ 28.04.2006.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

80
[assinatura]

4. A decisão que ante a pretensão genérica do pedido defere tratamento com os medicamentos consecutórios, não incide no vício in procedendo do julgamento ultra ou extra petita.
5. Recurso especial desprovido." (REsp 863240/RJ, Relator Ministro Luiz Fux).

O Supremo Tribunal Federal segue na mesma linha:

EMENTA:

PACIENTES COM ESQUIZOFRENIA PARANÓIDE E DOENÇA MANÍACO-DEPRESSIVA CRÔNICA, COM EPISÓDIOS DE TENTATIVA DE SUICÍDIO - PESSOAS DESTITUÍDAS DE RECURSOS FINANCEIROS - DIREITO À VIDA E À SAÚDE - NECESSIDADE IMPERIOSA DE SE PRESERVAR, POR RAZÕES DE CARÁTER ÉTICO-JURÍDICO, A INTEGRIDADE DESSE DIREITO ESSENCIAL - FORNECIMENTO GRATUITO DE MEDICAMENTOS INDISPENSÁVEIS EM FAVOR DE PESSOAS CARENTES - DEVER CONSTITUCIONAL DO ESTADO (CF, ARTS. 5º, "CAPUT", E 196) - PRECEDENTES (STF) - ABUSO DO DIREITO DE RECORRER - IMPOSIÇÃO DE MULTA - RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. O DIREITO À SAÚDE REPRESENTA CONSEQUÊNCIA CONSTITUCIONAL INDISSOCIÁVEL DO DIREITO À VIDA. - O direito público subjetivo à saúde representa prerrogativa jurídica indisponível assegurada à generalidade das pessoas pela própria Constituição da República (art. 196). Traduz bem jurídico constitucionalmente tutelado, por cuja integridade deve velar, de maneira responsável, o Poder Público, a quem incumbe formular - e implementar - políticas sociais e econômicas idôneas que visem a garantir, aos cidadãos, o acesso universal e igualitário à assistência farmacêutica e médico-hospitalar. - O direito à saúde - além de qualificar-se como direito fundamental que assiste a todas as pessoas - representa consequência constitucional indissociável do direito à vida. O Poder Público, qualquer que seja a esfera institucional de sua atuação no plano da organização federativa brasileira, não pode mostrar-se indiferente ao problema da saúde da população, sob pena de incidir, ainda que por censurável omissão, em grave comportamento inconstitucional. A INTERPRETAÇÃO DA NORMA PROGRAMÁTICA NÃO PODE TRANSFORMÁ-LA EM PROMESSA CONSTITUCIONAL INCONSEQÜENTE. - O caráter programático da regra inscrita no art. 196 da Carta Política - que tem por destinatários todos os entes políticos que compõem, no plano institucional, a organização federativa do Estado brasileiro - não pode converter-se em promessa constitucional inconseqüente, sob pena de o Poder Público, fraudando justas expectativas nele depositadas pela coletividade, substituir, de maneira ilegítima, o cumprimento de seu impostergável dever, por um gesto irresponsável de infidelidade governamental ao que determina a própria Lei Fundamental do Estado. DISTRIBUIÇÃO GRATUITA, A PESSOAS CARENTES, DE MEDICAMENTOS ESSENCIAIS À PRESERVAÇÃO DE SUA VIDA E/OU DE SUA SAÚDE: UM DEVER CONSTITUCIONAL QUE O ESTADO NÃO PODE DEIXAR DE CUMPRIR. - O reconhecimento judicial da validade jurídica de programas de distribuição gratuita de medicamentos a pessoas carentes dá efetividade a preceitos fundamentais da Constituição da República (arts. 5º, "caput", e 196) e representa, na concreção do seu alcance, um gesto reverente e solidário de apreço à vida e à saúde das pessoas, especialmente daquelas que nada têm e nada possuem, a não ser a consciência de sua própria humanidade e de sua essencial dignidade. Precedentes do STF. MULTA E EXERCÍCIO ABUSIVO DO DIREITO DE RECORRER. - O abuso do direito de recorrer - por qualificar-se como prática incompatível com o postulado ético-jurídico da lealdade processual - constitui ato de litigância maliciosa repellido pelo ordenamento positivo, especialmente nos casos em que a parte interpõe recurso com intuito evidentemente





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

protelatório, hipótese em que se legitima a imposição de multa. A multa a que se refere o art. 557, § 2º, do CPC possui função inibitória, pois visa a impedir o exercício abusivo do direito de recorrer e a obstar a indevida utilização do processo como instrumento de retardamento da solução jurisdicional do conflito de interesses. Precedentes." (RE - AgR 393175/RS, Min. Celso de Mello, Segunda Turma, DJ 12/12/2006).

Como antevisto, é fora de dúvida que o impetrante é portador de retinopatia diabética não proliferativa (CID 10: H36.0) com edema macular em ambos os olhos, patologia que ensejou o ajuizamento da ação em lume, pleiteando, para o tratamento respectivo, o fornecimento do medicamento Ranibizumabe (LUCENTIS), conforme se verifica do 'laudo médico' (fl.23) e da 'solicitação médica' (fl.24), subscritos pelo Dr. Vasco Bravo (CRM 4238), da Fundação Manoel da Silva Almeida.

E com relação a tal medicamento, subsistem certas peculiaridades a serem destacadas.

Conforme demonstra a bula do medicamento, o Ranibizumabe (LUCENTIS) se apresenta em ampola de 2,3mg/0,23ml, com 10mg/ml da droga, devendo-se utilizar, em aplicações realizadas a cada 04 (quatro) semanas/mensalmente, a dose de 0,5 mg/0,05 ml de cada ampola.

O tratamento é iniciado com uma fase de carga de uma injeção por mês, durante três meses consecutivos, seguida de uma fase de manutenção durante a qual os doentes devem ser monitorizados mensalmente quanto à acuidade visual.

Assim, e em sendo as aplicações mensais, pode-se aferir que será necessário o fornecimento de pelo menos 06 (seis) ampolas do medicamento Ranibizumabe (LUCENTIS) ao impetrante, a serem aplicadas na quantidade de 01 (uma) ampola/mês, intravítrea, em cada olho, nos 03 (três) primeiros meses.

Ademais, é certo que após os 03 (três) primeiros meses de uso do referido medicamento, quando se adentra na denominada 'fase de manutenção', deverá o paciente ser monitorado mensalmente pelo oftalmologista, que, mediante laudo médico circunstanciado, indicará a utilização de novas doses do medicamento, se até então não houver resposta satisfatória.

Isto sem prejuízo da possibilidade de outras aplicações serem ulteriormente deferidas, a tempo e modo, acaso o médico assistente, uma vez concluídas as primeiras aplicações, venha a atestar, de modo circunstanciado, que o quadro clínico resultante exige a complementação do tratamento.

Ante o exposto, **concedo a segurança**, em ordem a determinar à autoridade impetrada que assegure o fornecimento, ao impetrante, de 06 (seis) ampolas do medicamento Ranibizumabe (LUCENTIS - registro do Ministério da Saúde nº 1.0068.1056) - para aplicação de 01 (uma) injeção mensal, intravítrea, em cada olho, durante 03 (três) meses -, necessário ao seu tratamento, conforme o 'laudo médico' (fl.23) e a 'solicitação médica' (fl.24), subscritos pelo Dr. Vasco Bravo (CRM 4238), da Fundação Manoel da Silva Almeida.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

Sem honorários, nos termos da Súmula 512 do STF.

Recife, 28 de maio de 2014.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator